

PARECER Nº 27/2025

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 02/2025

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

RELATOR: VEREADOR JÚNIOR VALADARES

RELATÓRIO

De autoria do Prefeito, o projeto de lei em epígrafe, que “dispõe sobre a atualização dos valores do auxílio moradia e do auxílio alimentação para os profissionais vinculados ao Programa Mais Médicos e dá outras providências”, foi aprovado com a incidência da Emenda Supressiva nº 01.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 227 do Regimento Interno.

Em síntese, o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Com a aprovação da Emenda Supressiva nº 01, foi suprimido o artigo 9º da proposição, o qual contém cláusula genérica de revogação.

No mais, o texto da proposição não apresenta nenhuma impropriedade técnica, erro material ou imperfeição gramatical, de tal modo que se passa à conclusão do presente parecer.

CONCLUSÃO

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a redação final a seguir redigida, que está de acordo com o aprovado.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2025.

Vereador JÚNIOR VALADARES
Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 02/2025

Dispõe sobre a atualização dos valores do auxílio moradia e do auxílio alimentação para os profissionais vinculados ao Programa Mais Médicos e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARINOS, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 85, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Arinos decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo garantir melhores condições de trabalho e permanência aos profissionais vinculados ao Programa Mais Médicos, fortalecendo a atenção básica de saúde no Município de Arinos.

Art. 2º Ficam atualizados os valores do auxílio moradia e do auxílio alimentação concedidos aos profissionais do Programa Mais Médicos, instituído pela Medida Provisória nº 621, de 8 de junho de 2013.

Art. 3º O auxílio moradia será concedido aos profissionais reconhecidos pela Secretaria Municipal de Saúde e terá o valor mensal de até R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), destinado exclusivamente à locação ou outra forma de obtenção de moradia no Município.

Parágrafo único. A concessão do auxílio moradia está condicionada à permanência do profissional no exercício de suas atividades em Arinos e à disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 4º O auxílio alimentação será concedido aos mesmos profissionais mencionados no art. 3º e terá o valor mensal de até R\$ 1.000,00 (mil reais), abrangendo despesas com alimentação, água, energia e *internet*.

Parágrafo único. A concessão do auxílio alimentação está condicionada aos mesmos critérios estabelecidos no parágrafo único do art. 3º.

Art. 5º Os valores dos auxílios de que trata esta Lei serão revisados anualmente, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Saúde será responsável pela análise, concessão, monitoramento e eventual suspensão dos benefícios previstos nesta Lei, mediante critérios objetivos e comprovação de necessidade.

Art. 7º O descumprimento das condições previstas para a concessão dos benefícios ou a constatação de uso indevido dos valores concedidos acarretará na imediata suspensão do auxílio e no ressarcimento ao erário, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis ou penais cabíveis.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2025.

Vereador JÚNIOR VALADARES
Relator